

CULTURA E CRISE: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E EMERGÊNCIA DE NOVOS PROTAGONISMOS MIDIÁTICOS E CULTURAIS

Dennis de Oliveira

Este artigo trata dos impactos causados no campo da cultura e da comunicação com a emergência do que conceituamos de novos protagonistas midiáticos, que se legitimam não mais pelo capital cultural no sentido dado por Pierre Bourdieu (domínio de conhecimentos legitimados socialmente), mas pela competência no manejo dos recursos existentes nas novas tecnologias de comunicação e informação. Há, assim, uma perda constante da autoridade de fala do campo intelectual-acadêmico em benefício de novos atores que modificam o cenário da cultura.

Em 2011, a cantora brasileira Maria Bethânia teve aprovado no Ministério da Cultura um projeto na Lei Rouanet no valor de R\$ 1,3 milhão. O projeto em questão tratava da criação de um blog para divulgação de poesias musicadas pela voz da cantora¹.

A gritaria foi grande. Os argumentos contrários à aprovação centravam-se no fato de que a cantora já era uma celebridade e, portanto, não necessitava de um aporte de recursos via isenção fiscal para um trabalho de sua autoria. Já os defensores da cantora argumentavam que se tratava de uma iniciativa que ajudaria a popularizar uma modalidade de expressão cultural pouco difundida – a poesia – e, para tanto, nada melhor que ser protagonizado por uma cantora popular. No fim, a cantora desistiu do projeto.

O interessante nessa polêmica é que as posições de um lado e de outro transcenderam o tradicional espectro político-ideológico. Primeiro, houve uma manipulação grosseira na informação veiculada por vários órgãos da mídia hegemônica, dando conta de que Bethânia iria receber R\$ 1,3 milhão para seu projeto, quando na verdade ela estava **autorizada** a captar tal valor na iniciativa privada por meio da lei de incentivo fiscal. Segundo, não se tratava apenas de um blog – muitos questionavam a cantora acerca do porquê de ela não usar as ferramentas gratuitas existentes para criar esse tipo de página na internet – mas também da produção de pequenos vídeos para ser exibidos na internet.

O mais interessante, entretanto, é que esse episódio foi duramente criticado por meios de comunicação que têm uma linha

editorial contrária ao espectro político do governo federal, embora o fundamento legal da aprovação do projeto tenha sido justamente o principal instrumento de financiamento à cultura de governos alinhados com a visão da maioria da mídia hegemônica. Em outras palavras, as críticas à aprovação do projeto de Bethânia se inseriam na perspectiva de uma pretensa “má administração” da política cultural.

Citamos esse exemplo recente para apontarmos os dilemas pelos quais passa o debate sobre cultura no mundo contemporâneo. Transformações profundas nas formas de sociabilidade – na qual destacamos mudanças significativas nos modos de transmissão simbólica que redundam em novas tecnologias de socialização –, bem como as reorientações socioeconômicas daí advindas impactam os paradigmas do campo da cultura. Este artigo, sem ter a pretensão de esgotar o assunto, pretende apresentar algumas ideias para contribuir com esta reflexão.

E o que é cultura?

Há um bom tempo, o conceito de cultura transcende o da dimensão meramente estética, ampliando-se para todos os processos de construção de significados. Esse

conceito, entretanto, intensifica a ambiguidade e a complexidade do próprio conceito, segundo Terry Eagleton (2005). Para o pensador inglês, cultura é diferente de natureza (o que é cultural não é natural), porém brota dela – cultura vem do latim *colere*, que quer dizer “cultivar”.

Avançando mais na dimensão ambígua e complexa, Eagleton afirma que cultura é liberdade e determinismo. A cultura tanto é um processo de determinação de comportamentos, como também possibilita a criação, a inovação. A cultura, por ser um cultivo da natureza, implica uma libertação dos desígnios naturais. Cultura é mudança (é por ela que se modificam significados) como também identidade. Ela é o dado e o criado. Essas ambivalências compõem este campo complexo que é a cultura, segundo Eagleton. O pensador britânico conclui que cultura é a transcendência da natureza construída a partir dela própria.

Um elemento que impactou essa ambivalência do conceito de cultura, não na sua negação, mas na sua radicalização, foi a crise da concepção autocentrada de sujeito iluminista. Para Stuart Hall (2005), essa crise, que está mais exposta neste período conhecido como “pós-moderno”, tem início nas próprias descobertas científicas do período moderno.

Ele cita a tradição marxista, que quebra o paradigma de autocentramento e linearidade do sujeito com o conceito de classes sociais; a psicanálise freudiana, com as teorias da fragmentação intrassujeito pelas categorias do consciente e do inconsciente do ser humano; a linguística saussureana, apontando as distintas formas de expressão e codificação simbólica do ser humano; e, finalmente, os movimentos feministas contemporâneos dos anos 1960, que colocam a temática de gênero como categoria socialmente construída.

Ocorre, para Hall, um múltiplo descentramento do sujeito que se expressa nas múltiplas perspectivas de compreensão, expressão e ação. A cultura, vista durante certo tempo como um mecanismo de formação de determinada tipologia de sujeito para uma ordem sociopolítica (Eagleton), se esvai à medida que tal ordem também perde a sua condição de unicidade.

Com isso, as instituições tradicionais da transmissão cultural entram em crise. Se a ordem sociopolítica para a qual a cultura como formação de determinada tipologia é questionada, e se outras sociabilidades buscam sua legitimidade, conseqüentemente outras modalidades de transmissão cultural se fortalecem e se legitimam a partir de paradigmas que não o de enquadramento nesse ordenamento social.

Transformações institucionais na transmissão

Recorrendo ao conceito de Bourdieu (1983, 1989 e 2000), John B. Thompson considera que os seres humanos estabelecem relações com outros semelhantes dentro de certas circunstâncias e condições. Diz ele

[...] os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais levadas a cabo em contextos sociais estruturados. A vida social é feita por indivíduos que perseguem fins e objetivos os mais variados. Assim fazendo, eles sempre agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades. Estes conjuntos de circunstâncias podem ser conceituados como “campos de interação” para usar um termo fertilmente desenvolvido por Pierre Bourdieu. (THOMPSON, 1998: p. 21).

Mais adiante, o autor afirma que os campos de interação se transformam em *instituições* quando o conjunto de regras, relações sociais e recursos mobilizados são estáveis. E quando as posições de dominância e subordinação se tornam estáveis tais campos de interação se transformam em *estruturas sociais*.

O que importa nessa conceituação de Thompson construída a partir de Bourdieu é a ideia de *capital*. Capital, aqui, são os recursos mobilizados por determinados segmentos sociais ou indivíduos que buscam exercer um poder dentro de determinados campos de interação. Assim, as relações sociais dentro dos campos de interação são constantes conflitos de busca ou de manutenção dos capitais ou, ainda, de exercício do poder e resistência a ele.

A arquitetura do poder social, segundo Thompson, reside na ação de quatro dimensões articuladas: poder econômico, poder político, poder coercitivo e poder simbólico. Poder, para Thompson, é a mobilização de

recursos ou capitais dentro de instituições paradigmáticas para que determinadas vontades (ou sentidos) sejam mobilizados em favor de certos segmentos sociais.

O poder econômico é exercido pela mobilização de *capital econômico* (recursos materiais), e a instituição paradigmática (o *lócus*) onde é exercido são as empresas comerciais. O poder político é exercido pela mobilização do *recurso da autoridade* e o seu *lócus* são as instituições políticas do Estado. O poder coercitivo tem como recursos a força física e armada, e o seu *lócus* são as instituições coercitivas militarizadas (como a polícia e as Forças Armadas). O poder simbólico, por sua vez, se exerce pelo recurso dos meios de comunicação e informação, e o seu *lócus* são as instituições culturais (educação, igreja, indústria cultural).

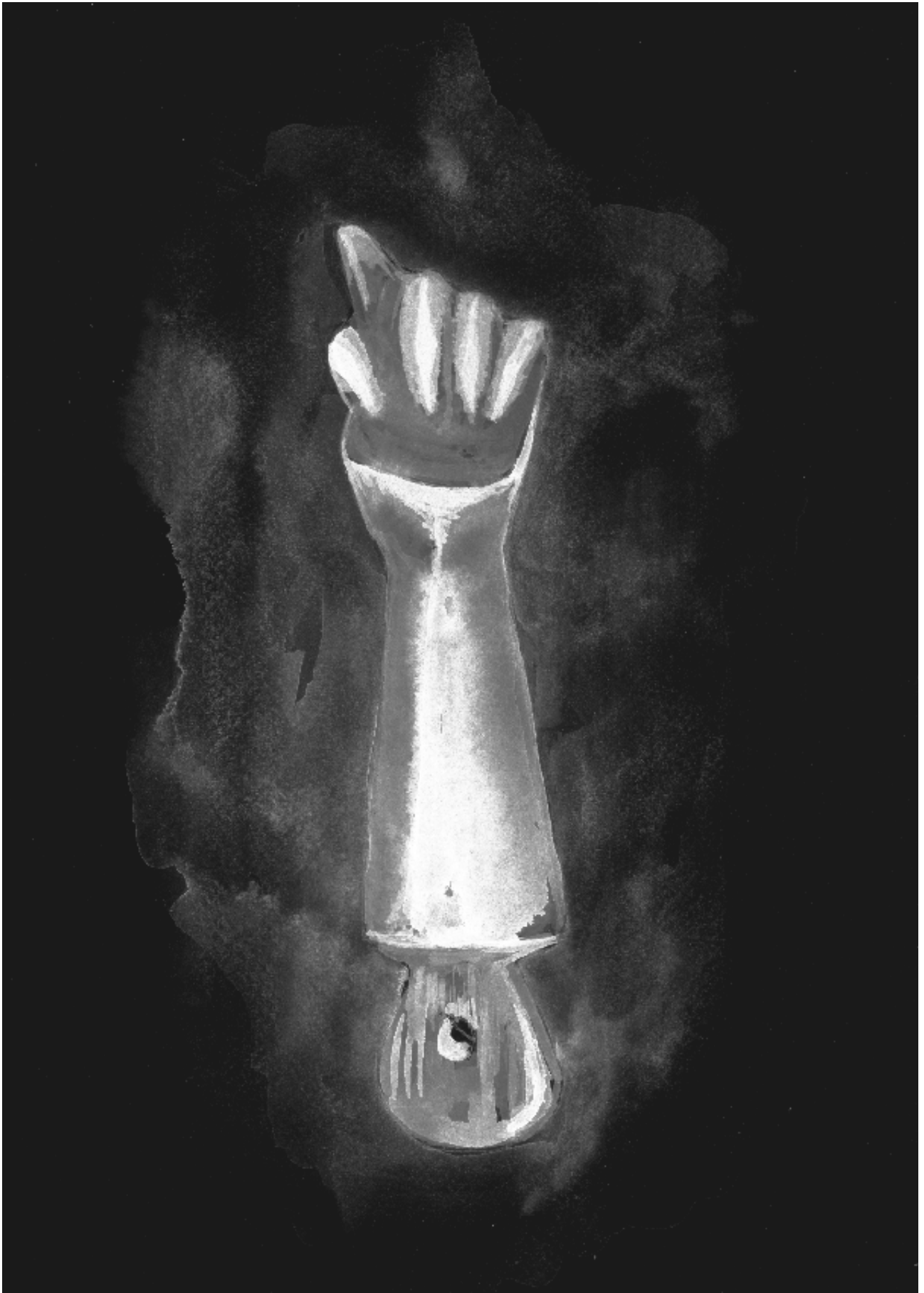
Thompson (2002) aponta que no século XVII houve mudanças significativas em termos institucionais na transmissão de informações. O surgimento da imprensa dá início à constituição de dispositivos legitimados socialmente para transmitir informações e, mais tarde, com o avanço das tecnologias de comunicação tais dispositivos se transformam em novas fronteiras de expansão do capital.

A consolidação desses novos dispositivos institucionais altera a forma de transmissão cultural e, diante disso, as formas de compreensão e valorização das expressões simbólicas. Thompson considera que os mecanismos de atribuição de valor às expressões simbólicas são influenciados pelo contexto socialmente estruturado e, desse modo, ele destaca os mecanismos de transmissão das formas simbólicas.

Isso ocorre, ainda segundo Thompson (2002), porque tais dispositivos constroem formas específicas de interação social em que as características convencionais (linguagem) e estruturais das expressões simbólicas se modificam.

Uma questão abordada pelo autor é o advento da televisão e o seu uso, cada vez mais frequente, pelos ocupantes de cargos públicos para interagirem com aqueles que deveriam representar. O caráter icônico e a situação de uma quase-interação direta entre os emissores e os receptores da mensagem constroem uma atmosfera de intimidade, quebrando o distanciamento existente entre tais sujeitos. Ao mesmo tempo que tal situação é aproveitada por determinados representantes políticos, para que se prevaleçam certas características não necessariamente presas a um universo da racionalidade – como o carisma e a beleza física –, também traz armadilhas como a presença cada vez maior de situações da vida privada no universo público, uma das principais características do “escândalo político moderno”, segundo Thompson (2002).

O que Thompson traz de novo na sua reflexão é uma mudança paulatina, porém consistente, das características do poder simbólico exercido. O exercício do poder simbólico mobiliza o capital simbólico, no sentido dado por Bourdieu, o “prestígio” existente em determinado campo de interação. Bourdieu fala do capital simbólico como um atributo obtido por meio, por exemplo, do domínio de certo repertório de conhecimentos legitimados em determinado campo de interação – como o conhecimento de obras clássicas prestigiadas em um campo do saber – que confere a tal pessoa uma



“distinção” das demais, um “prestígio” que se transforma em um mecanismo de exercício de poder (BOURDIEU, 1989).

Na indústria da comunicação e da cultura, determinados personagens têm poderes distintos para, por exemplo, atribuir valor às suas opiniões pessoais em razão da posse disto que é chamado *capital cultural* (repertório de conhecimentos legitimados). Conforme afirma Thompson em *Ideologia e Cultura Moderna*, a opinião de um curador do Museu Guggenheim tem mais peso que a de um transeunte qualquer que tenha visitado uma exposição de artes plásticas. (THOMPSON, 2000).

Isso ocorre porque a relação entre os meios de comunicação e o público é movida por credibilidade e encantamento. Para tanto, o uso do capital simbólico dos seus protagonistas é fundamental para que se mantenha esse exercício do poder.

Entretanto, tal processo sofre um impacto com a consolidação dos mecanismos de quase-interação de que fala Thompson. Com eles, outras características nessa modalidade de transmissão sinalizam para a emergência de novos recursos, *para além* do capital cultural propriamente dito. Há uma erosão constante do poder simbólico do “curador do Museu Guggenheim” em benefício de sujeitos que, desprovidos de capital cultural, mobilizam outros recursos mais adequados às novas modalidades de transmissão de quase-interação.

Isso pode parecer uma democratização ou uma superação do poder aristocrático de uma “cátedra de acadêmicos”. Mas se levarmos em conta a noção de Eagleton de que a cultura é um processo pedagógico-ético de formação do sujeito para

atuação em determinada ordem sociopolítica – a democracia, o exercício da cidadania e a participação na esfera pública – e que esse ordenamento sociopolítico está fundado na *racionalidade* como fica tal ordenamento com sujeitos sendo formados a partir de processos culturais baseados em outras premissas que não a do capital cultural?

Os novos protagonismos midiáticos

Voltando ao caso da cantora Maria Bethânia, boa parte de seus defensores considerou uma injustiça a forma como foi tratado o caso, levando-se em conta a grande contribuição que a artista exerceu na Música Popular Brasileira e na cultura nacional.

Façamos uma conexão desse caso de Bethânia com a ação desenvolvida pela blogueira Stephanie Ribeiro, estudante da PUC/Campinas e militante do movimento negro, contra o uso do black face na peça *A Mulher do Trem*, da companhia de teatro Os Fofos Encenam. A ação da estudante repercutiu nas redes sociais, e o diretor da peça, Fernando Neves, pediu desculpas a quem se sentiu ofendido e retirou a máscara. O Itaú Cultural, que seria o palco do espetáculo, cancelou a estreia e realizou um debate sobre o tema, com a presença, inclusive, de Stephanie Ribeiro.

Nos dois casos, observamos a confrontação de expoentes do campo intelectual-artístico, com evidentes repertórios que configuram um capital cultural por pessoas que mobilizaram outros recursos. Nos dois casos, o campo em que se desenvolveram tais conflitos foi a configuração dos meios de comunicação em rede.

As tecnologias de informação e comunicação, sustentáculos da nova configuração

de organização do capital global, ao ser apropriadas por um número cada vez maior de pessoas, permitem que cada vez mais e mais sujeitos passem a também emitir opiniões, ideias e informações. É o surgimento do que chamamos de *novos protagonismos midiáticos*. O capital cultural, recurso central para se conferir a autoridade de fala, continua existindo, mas concorre com outros recursos e atributos.

Em 10 de junho de 2015, o professor Umberto Eco, em discurso proferido na cerimônia em que recebeu o título de doutor *honoris causa* na Universidade de Turim, afirmou que a “internet deu voz a uma legião de imbecis, e que idiotas têm o mesmo espaço que prêmios Nobel”. O professor Vladimir Safatle, em coluna intitulada “A miséria da cultura” na revista *Carta Capital*, afirma que “enquanto a última década foi marcada por um crescimento econômico real e pelo advento de uma dita nova classe média, a cultura brasileira parece em ritmo de estagnação” (CARTA CAPITAL: 27 mai. 2012).

São reações típicas de figuras que perceberam o refluxo desse recurso no campo de interação cultural. Os repertórios culturais concorrem, como mecanismos de obtenção do capital simbólico, com a capacidade de manejo da linguagem das redes sociais, com os valores impostos pelo discurso do marketing e com outros atributos inerentes aos mecanismos de transmissão de quase-interação.

Em outras palavras, o momento que observamos é o da transição da autoridade de fala do *intelectual* para a da *celebridade*.

A celebridade é um arquétipo ambíguo. Ela está diretamente ligada à capacidade de conquistar visibilidade nos meios de

comunicação. Em um contexto de tecnologias de comunicação *ponto a ponto*, a construção das celebridades está concentrada nas mãos de determinadas elites que controlam os pontos de emissão. Porém, em um contexto de tecnologias de comunicação *em rede*, esse poder de construir celebridades se desloca para a competência de mobilizar sentimentos imediatos. De uma forma ou de outra, a celebridade não se move por um discurso que se constrói no campo da racionalidade (nem a instrumental) e sim no campo das sensibilidades, conforme afirma Muniz Sodré².

Nesse novo arquétipo da autoridade de fala, as sensibilidades possibilitam a emergência de novos discursos e novos saberes (propiciando uma ecologia de saberes) e, portanto, questionando o monopólio de determinado conhecimento e os mecanismos de violência simbólica como os ocorridos no campo escolar conforme afirma Pierre Bourdieu. Porém, também possibilitam que os recursos das sensibilidades sejam mobilizados para interditar qualquer debate racional sobre temas de relevância pública. Em outras palavras, a ideologia – na definição dada por Thompson, como atribuição de sentidos a serviço do poder – ocorre também nesse novo campo arquetípico.

Desafios e perspectivas

As sociabilidades constituídas com a ação desses novos protagonistas midiáticos deslocam o campo dos conflitos. O discurso racional, embora tenha a sua presença, conflita com o da “verossimilhança”, isto é, uma narrativa em que a sua lógica estruturante interna passa a ter o caráter de validade. Dessa forma, narrativas ficcionais passam a ter o

mesmo peso, na compreensão da realidade, com as narrativas técnico-científicas.

Além disso, as narrativas são legitimadas não só por quem as emite, mas, fundamentalmente, por *como elas são transmitidas*. Já não se trata do “currículo” do emissor, mas da forma como tal mensagem é transmitida e as pontes que tal forma constrói nas relações com o destinatário. A dimensão relacional passa a ter papel fundamental na construção da credibilidade da narrativa. É por essa razão que um dos atributos mobilizados pelos novos protagonismos midiáticos é a *identidade*.

A identidade, deslocada e fragmentada conforme afirma Hall (2005), vai se reconstruindo pontualmente em momentos específicos de conflitos e tensões, de forma que podemos falar mais em uma “busca por uma identidade” ou “identificações” (novamente um conceito de Hall).

Bauman (2003) afirma que em uma sociedade na qual se evanescem as instituições sólidas, o indivíduo busca desesperadamente referências que propiciem um sentido e um conforto para a sua existência. A retomada do conceito de “comunidade”, como lugar idílico, em que vínculos se sobrepõem à fugacidade dos contratos, é uma dessas buscas. Nesse sentido, a busca por identidade como ação existente dentro dessa nova realidade dos campos de interação é o elemento que possibilita esses novos acordos simbólicos. A virulência que permeia determinados debates públicos é produto dessa busca desenfreada, em que a identidade se configura, muitas vezes, no temor e na tentativa de negação do outro, do diferente.

O desafio dos novos protagonismos midiáticos é construir novas pactuações que

possibilitem ir além dos seus movimentos de busca de legitimidade. A cultura que foi considerada uma dimensão de constituição de uma sociabilidade está na berlinda – entre reinventar-se dentro das novas configurações sociais e dissolver-se em um movimento de retrocesso.

Freud, em *O Mal-Estar na Civilização*, afirma:

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição (2010: p. 48).

Para ele, a cultura é a dimensão da vida social em que o ser humano transcende o seu instinto natural de agressão e autodestruição. O processo histórico mais recente mostra algo mais complexo: *é na própria dimensão cultural* que se sinaliza a total barbárie ou a plena expressão do caráter agressivo do ser humano. **obs**



Dennis de Oliveira

Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP); coordenador científico do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (Celacc) e membro da Rede Quilombação. Contato: dennisol@usp.br.

 **Referências bibliográficas**

- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- SAFATLE, V. A miséria da cultura. *Carta Capital*, 27 maio 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-miseria-da-cultura>>. Acesso em: 6 abr. 2016.
- SODRÉ, M. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Estratégias sensíveis*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____. *Reinventando @ cultura*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.



Notas

- 1 O título do projeto era O Mundo Precisa de Poesia, cuja síntese apresentada pela proponente dizia: “Um blog inteiramente dedicado à poesia. Diariamente, será publicado um vídeo diferente no qual Maria Bethânia interpretará uma grande obra em verso ou prosa. A ideia é invadir a internet com lirismo, delicadeza e difundir a cultura na rede. Será um calendário virtual, que apresentará ao público 365 pílulas diárias de pura poesia. Uma forma democrática e idealista de levar poesia para a vida das pessoas por meio da mais potente ferramenta de comunicação do mundo atual”.
- 2 Sobre esse assunto consultar a trilogia de Sodré: *Reinventando @ Cultura* (Vozes, 1996); *Antropológica do Espelho* (Vozes, v. 1, 2002, 268 p.) e *As Estratégias Sensíveis* (Vozes, 2006).